



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 02/2013

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2013
INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 18 HORAS E 35 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	05
- ORDEM DO DIA.....	13
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	33
- ENCERRAMENTO.....	34

ACTA N.º 02/ 2013

ABERTURA

Aos vinte e quatro dias do mês de Maio de dois mil e treze, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;

2.2 - Conta de Gerência da Câmara Municipal – 2012;

2.3 - Contas Consolidadas do Município – 2012;

2.4 - Processo de Modernização Administrativa do Município da Covilhã;

2.5 - Alienação dos Terrenos do Estabelecimento Prisional e do Palácio da Justiça - Proposta de acordo com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Prof. Bernardino Gata da Silva, Dr. Carlos Manuel Casteleiro Alves, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Prof. Joaquim António Matias, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Maria de Lurdes Pereira Batista Pinto Lourenço, João Manuel Pinto, Pedro Nuno Cunha Leitão, Eng.º Francisco António de Matos Soares, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. Marco António Barreiros Gabriel, Dra. Sara Cristina de Andrade Rodrigues dos Santos, Dr. Rui António Nabais Cordeiro Lourenço, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dra. Ana Maria Puebla Simões, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, António Manuel Fernandes Pinto, Mário José Monteiro dos Santos Carriço, Isilda da Silva Barata, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues, Dra. Merícia Maria Andrade dos Passos, Dr. Jorge Humberto Alves Saraiva, Dr. Romeu Miguel Serra Afonso e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra), José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar – Galo), António Geraldês Ramos (Casegas), Carlos do Carmo Martins (Conceição), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), José Duarte Minhoto (Dominguiso), Enf. Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), José Rito Agostinho (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), Dr. Francisco José Moreira Pereira (Santa Maria), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), José Augusto Santarém Marcos (Teixoso), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldês Rosa (Verdelhos) e Dr. João Paulo Gomes Batista Lopes (Vila do Carvalho). -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: **José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Enf. António Mendes Paulo (Erada) e Dr. Jorge Manuel Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel).** -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores: Dr. Victor Manuel Pinheiro Pereira, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros; Rui Paulo da Silva Rosa, Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, foi a mesma **aprovada por maioria, com 57 votos a favor e 3 votos contra (PCP)**. Os Senhores Deputados do PCP justificaram o voto contra pelo facto de não constar, na Ordem de Trabalhos, o Período de Intervenção do Público. -----

EXPEDIENTE

- Ofício n.º 36/2013 do Grupo Parlamentar do PS a acusar a recepção da Moção “Em Defesa da Democracia Local e Regional”;
- Ofício n.º 106-454205/XII do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a acusar a recepção da Moção “Em Defesa da Democracia Local e Regional”;
- Ofício n.º 1260 do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção “Em Defesa dos Micro, Pequenos e Médios Empresários”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a recepção da Moção “Em Defesa da Democracia Local e Regional”;
- Ofício n.º 553/2013 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo a remeter uma Moção “Portagens na A23 e na A13”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter “Requerimento para Audição sobre o encerramento de Estações de Correios e sobre a situação e futuro da empresa CTT e do serviço público postal”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta dirigida ao Ministro da Economia e do Emprego a propósito do Encerramento da Estação de Correios da Covilhã São Lázaro;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a Declaração de Voto a propósito da PPL n.º 123/XII/ 2.ª;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a intervenção, da Senhora Deputada Paula Santos, sobre o Projecto-Lei n.º 140/XII/2.ª (GOV);
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a intervenção, da Senhora Deputada Paula Santos, sobre o Projecto-Lei – 4.ª Alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro.

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Eng.^o José Miguel Oliveira referiu-se ao Espaço das Idades (**doc.01**). -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata pediu esclarecimentos dizendo: "Em primeiro lugar e quanto às considerações iniciais, de que os Cidadãos se afastam da política pelo comportamento dos Eleitos, como sempre há uma espécie de sacudir a água do capote. Como se nós fossemos os puros e outros fossem os malandros ou os impuros, de facto assim é. De facto, assim é, o que o Senhor disse é verdade, os Cidadãos estão-se a afastar da vida política.

Os Partidos políticos não estão a cumprir, de facto, a genética do 25 de Abril. Quer dizer, os partidos que têm responsabilidades governamentais são os maus, os partidos que estão na oposição são os bons e depois a coisa vira ao contrário, como sabe. É uma espécie de dança de roda, muda de par.

Em relação ao caso em examinação quero-lhe fazer duas perguntas:

- O Espaço das Idades é da responsabilidade da Câmara Municipal da Covilhã ou não?
- A pessoa que tinha a gestão directa do Espaço das Idades estava nessa condição como Adjunto, salvo erro, do Presidente da Câmara. Tem, ou não tem a Câmara Municipal da Covilhã autoridade para, quando o entender modificar a gestão, modificar os responsáveis pela gestão?

São essas as perguntas que lhe queria fazer e que me responda claramente". -----

--- O Senhor Eng.^o José Miguel Oliveira: "se eventualmente esteve com atenção à minha intervenção eu próprio deixo aqui algumas questões no ar.

Relativamente à gestão do Espaço das Idades, diz o Protocolo assinado pela Câmara, pela Junta de Freguesia e pela RUDE o seguinte: cláusula primeira - a Junta de Freguesia de Santa Maria no âmbito das actividades de acção social que vem realizando, pretende em parceria desenvolver aqui as actividades. Nesse âmbito, propõe-se realizar diversos ateliês. À Câmara Municipal da Covilhã é apenas... pretende apoiar a segunda outorgante com a comparticipação financeira. E depois diz mais, diz que é à Junta de Freguesia de Santa Maria que compete salvaguardar a efectiva realização da actividade e a gestão do próprio espaço. Relativamente ao responsável, eu como é óbvio, não me pronunciei e não sei quais é que eram as atribuições do responsável na Câmara Municipal. Agora, da maneira como eu leio este protocolo, ele estaria nesse espaço na qualidade de representante do Presidente da Junta de Freguesia e até porque é ele que também assina esse mesmo protocolo". -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata: "apenas para clarificar, é que não me respondeu à responsabilidade que temos. De facto, a pessoa em questão estava nessa condição como Adjunto do Presidente da Câmara, que vencia até um determinado montante dois mil e quatrocentos ou dois mil e quinhentos euros. A Junta de Freguesia de Santa Maria era parceira na promoção das instalações, não é verdade? O ser parceiro não retira a legitimidade administrativa do espaço". -----

--- O Senhor Eng.^o José Miguel Oliveira facultou uma fotocópia do Protocolo e pediu que fosse entregue ao Senhor Prof. Bernardino Gata. -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias: “Subo a esta tribuna para e de uma forma muito rápida, muito sintética, referir o seguinte: Foram os Candidatos do Partido Social-Democrata, do Partido Socialista e da CDU, bem como o Representante do Bloco de Esquerda acusados através da Comunicação Social e através de um Comunicado pago pelo Erário Público, publicado nos Jornais Regionais, em que nos apelidavam de abutres. Abutres de caça ao voto. Eu quero informar esta Assembleia e os Responsáveis da Câmara que nesse Comunicado esqueceram-se, possivelmente com o propósito mesmo de se esquecerem, que na normalidade os abutres vão onde há mortos, vão onde não há vida e no Espaço das Idades há vida. Portanto as pessoas que lá foram não são abutres, foram com um sentimento profundo de estar ao lado dos Idosos, daqueles que mais precisam. Foram para estarem ao lado daqueles que gerem aquele espaço porque, como os Autarcas que estão na Câmara Municipal já referiram, o relevante serviço prestado por António Rebordão, também nós quisemos estar ao lado dele e de quem com ele de facto gere aquele espaço. Mas esqueceram-se de uma coisa importante, esqueceram-se então do outro abutre e dos outros abutres que foram à Sertã ao encontro dos Peregrinos, confundindo a Religião de cada um dos Peregrinos com a política e era bom que na vida autárquica ninguém esquecesse de facto estas pequenas coisas. Eu quero referir-vos aqui também hoje porque eu tenho que dar esse esclarecimento ao Concelho que no dia 02 de Janeiro de 2006 Joaquim Matias era Vereador na Câmara da Covilhã e depois de uma reunião de coordenação que houve em que o Senhor Presidente da Câmara me felicitou pelo trabalho desenvolvido, colocou-me uma situação com a qual eu não estive de acordo, que ia precisamente ao encontro do corte de condições e de benefícios que o cartão social tinha e do cartão do idoso e, não estando de acordo com isso, apresentei uma carta ao Senhor Presidente da Câmara nesse mesmo dia, dizendo que tinha o meu lugar à disposição. Tenho essas cartas em meu poder. Nesse mesmo dia o Senhor Presidente escreveu-me uma carta perguntando se eu eventualmente continuaria na Câmara como Vereador sem regime de permanência, sem pelouros e eu respondi-lhe que sim, porque fui eleito pelo Povo do Concelho da Covilhã para esse Mandato e a partir desse dia, aquele que, há pouco tempo, era bestial passou a besta. E foi a partir de aqui que de facto eu comecei a ver em que pântano é que eu andava e foi desse pântano que eu saí e não estou mais, nesse pântano. Eu quero esclarecer portanto o Concelho da Covilhã, quero esclarecer os Municípios do Concelho da Covilhã, todos sem excepção, que o Joaquim Matias saiu da Câmara com dignidade, com elevação e até hoje a minha boca calou-se, nunca disse isto a ninguém, estou a dizê-lo hoje aqui no local próprio. Estou a dizê-lo aqui hoje e no local próprio. E permitam-me que vos diga, estarei sempre ao lado dos mais desfavorecidos, não sou subserviente, não vou ser nunca subserviente na minha vida. Nunca o fui e não vou sê-lo certamente, porque sei estar na vida e tenho braços e pernas para trabalhar, para governar a minha vida e se alguém me quiser colar a coisas menos claras na minha vida, vai ter que o provar porque eu ando com elevação, ando na Cidade, ando nas Freguesias do Concelho da Covilhã de cabeça erguida, sem medo de ser confrontado com esta ou com aquela atitude menos própria de um Vereador. Estou aqui e estarei sempre no Concelho da Covilhã para estar junto das pessoas que mais precisam e em relação ao Espaço das Idades é lamentável o que está a acontecer. É lamentável o que está a acontecer ao ponto de impedirem o acesso de um carro dos Bombeiros ou de uma ambulância se ali houver um problema grave. Eu sou Presidente dos Bombeiros, tenho obrigação de vir aqui a alertar para esta situação. É lamentável!

Mais, a Câmara Municipal é responsável pela higiene e salubridade pública, a recolha dos resíduos sólidos urbanos que está portanto neste momento no Espaços das Idades, que não é feita. Gostava de deixar isto à consideração dos responsáveis e das consequências que daí podem advir exactamente para as pessoas e bens que de facto estão naquele espaço. Nunca fiz nada, nem nunca farei nada, porque não sou abutre na caça ao voto. Faço tudo o que faço com muita dignidade e com muita elevação”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a Sessão, devido à quebra da disciplina e da ordem por parte do Público, a quem já tinha feito a advertência de que não se podiam manifestar e reuniu com os Líderes Parlamentares.

Se seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou: “Tal como já tinha dito, anteriormente, a Assembleia Municipal tem regras e essas regras são cumpridas integralmente. Apesar de todas as divergências, nunca houve situações destas. Vamos continuar a Sessão. Qualquer intervenção do Público, que não seja dentro do contexto da Assembleia, a sala será evacuada mantendo-se apenas os Senhores Deputados Municipais”. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “O Espaço das Idades no âmbito da actividade que é desenvolvida pela Câmara Municipal, todos nós conhecemos os factos que levaram ao encerramento do Espaço das Idades, são conhecidos por todos nós via Conferências de Imprensa, Comunicados pagos na Imprensa e por comunicados distribuídos aos Idosos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O conflito existente merece-nos os seguintes comentários:

- Existe um espaço chamado Espaço das Idades que funciona no edifício da RUDE SA, que poucos sabem o que é, quem a compõe e quem a gere;
- Que existe uma ocupação do espaço, por iniciativa da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia de Santa Maria, protocolado com a tal RUDE SA.
- Que o Protocolo foi aprovado pela Câmara Municipal e que quem coordenava o espaço era o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, também Adjunto do Presidente da Câmara;
- Que os Reformados e Pensionistas, detentores do Cartão Social Municipal, participavam, colaboravam, criavam, divertiam-se e viviam no espaço;
- Que para o funcionamento do espaço foram criados postos de trabalho com contratações sem concurso público e onde predominavam familiares e amigos ou militantes do PSD, violando os princípios da contratação pública a que se encontra obrigada a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santa Maria;
- A Câmara Municipal da Covilhã transferiu para a Junta de Freguesia, gestora do Espaço das Idades, cento e sessenta mil euros sem cuidar das condições da sua utilização, sem supervisão da aplicação dos dinheiros públicos de todos nós. Agora ameaçam com inspecção quando não cuidaram e deram cobertura ao modelo de funcionamento;
- Zangam-se as comadres sabem-se as verdades! Adágio popular que vem sendo confirmado na gestão desta Câmara Municipal que fomentou e tem alimentado todos aqueles que têm ânsia e vontade de ir ao pote do orçamento das Instituições Públicas, ou seja do orçamento municipal.

Neste caso, a Câmara Municipal responsabiliza a Junta de Freguesia de Santa Maria pela inadequada utilização dos dinheiros públicos, cento e sessenta mil euros, como já tinha feito, em 18 de Janeiro de 2013, em relação aos quatrocentos e noventa e três mil euros

transferidos para a Junta de Freguesia da Aldeia de São Francisco de Assis. Mas que credibilidade tem esta gestão se não acompanha a aplicação das verbas que transfere? É evidente, para todos nós, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal utiliza as transferências para as Juntas de Freguesia para projectos e obras em situações de difícil enquadramento legal.

Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, por não possuírem os recursos técnicos, são mais expeditos e melhor se justificam quando não respeitam os procedimentos de uma legislação complexa. Mas esta fragilidade não foi colmatada nas condições da transferência de competências com o devido e exigido pela Lei, o apoio técnico. Erro da Câmara Municipal e erro do PSD que promove estas situações. O dinheiro é público, é escasso para as necessidades e por isso deve ser gerido com parcimónia, com cuidado, com garantia que é utilizado para aquilo que é atribuído. Mas a Câmara Municipal continua com dúvidas? Então deve, no imediato, cumprir com as suas afirmações. Solicitar com urgência a intervenção da Inspeção Geral de Finanças às Juntas de Freguesia, eventualmente, incumpridoras dos Protocolos e de utilização duvidosa dos dinheiros públicos, sem cumprimento dos normativos legais, nomeadamente o código da contratação pública de bens e serviços e os normativos relativos à contratação de pessoal.

Confirma-se também que o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Vice-Presidente, em turno permanente, convivem mal com a Democracia e a liberdade de escolha e de opinião. Quando o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria está alinhado com a perspectiva da Câmara Municipal nomeia-se como Adjunto, com vencimento de dois mil e duzentos euros. Paga-se a militância e o projecto. Admitem-se os seus procedimentos de contratação de pessoal mesmo conhecendo a violação da Lei da contratação, pois ele está a contratar pessoal amigo. Financia-se a sua actividade no projecto, mesmo que se saiba que a coisa não é bem assim que deve ser feita. Porém quando a criatura não obedece ao criador existe a necessidade de o excomungar, salientando os pecados cometidos quiçá estimulados mas nunca assumidos pelo criador. Quem acredita nesses projectos do PSD/ CDS corporizados por projectos pessoais e de grupo vai ter sempre esta desilusão política. Depois, bom... depois dizem que não acreditam em ninguém. É normal, já acontece com o PSD/ Passos Coelho e aconteceu com o PS/ Sócrates e com outros mais cessantes, mas sempre presentes: Mário Soares, Guterres, Cavaco, Santana, Portas, Durão, etc. Tudo do mesmo saco e da mesma farinha.

Em trinta e nove anos após o 25 de Abril e após o 25 de Novembro de 75 só mudam as moscas, porque os procedimentos são os mesmos.

- No acompanhamento da situação, sem interferir na actividade municipal, no que ao Centro das Idades diz respeito, fui classificado de abutre e de arruaceiro, pelo Senhor Presidente e pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal porque fui dos que estive lá presente. Não admito ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vice-Presidente que classifique um Candidato Autárquico e Membro desta Assembleia Municipal, que acompanha e que esteja presente nas obras, nas iniciativas e nas acções da Câmara Municipal, como um abutre ou um arruaceiro.

Pois não é competência e dever, de todo e qualquer Eleito, acompanhar e estar presente nas iniciativas Municipais? Quantas vezes não se critica a ausência dos Eleitos e da População em geral, dos assuntos públicos, quando estes são abutres e arruaceiros? A presença dos Candidatos, todos Membros da Câmara ou da Assembleia Municipal, não é legítima?

Não pertencendo à maioria da Câmara Municipal, não podem estar presentes nos locais onde existe qualquer procedimento ou acção desenvolvida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal? Não temos esse direito? Não somos todos, com diferentes níveis de intervenção, responsáveis pela gestão do interesse público?

São muito infelizes as declarações, do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente da Câmara, que fazem na Imprensa e no comunicado pago por todos nós. Para estas atitudes e declarações, chamando de abutres num caso e de arruaceiros no outro, só existe uma leitura: falam em abutres como metáfora política que se associa a algo em decomposição porque já anteciparam no subconsciente o percurso final do moribundo a caminho de cadáver acompanhado por um nado-morto porque mesmo nesta fase arrastam sempre alguém para a cova". -----

--- O Senhor António Pinto:"Estamos hoje perante, de facto, algo que devia ser inédito nesta casa. Discutirmos o encerramento ou a pertença do encerramento de um espaço que foi feito e apontado com pompa e circunstância.

Queremos encerra-lo, como já foi dito, porque aquilo já não nos serve. Mas aquilo quando foi criado não foi para nos servir a nós, Eleitos Deputados Municipais. Foi para servir a População da Cidade da Covilhã e do Concelho.

Agora queremos fechar o Espaço das Idades, nem sequer sabemos quem é que mandou ou quem é que colocou a camioneta à frente, ou quem mandou cortar a água. Essas coisas devem ser assumidas por quem politicamente tem o poder.

Vimos aqui, também, para fazer uma retrospectiva dos últimos dias e do que se anda a fazer. Qual é a dignidade..., como é que se tem dignificado a Câmara e tudo o resto?

Infelizmente, o Notícias da Covilhã "Tensão e descontentamento no Espaço das Idades".

Isto é lido a nível Nacional e está nos blogues, dá prestígio à Cidade da Covilhã!? Aliás, dá tanto prestígio como o não fazermos já Barragens e outras coisas.

Jornal do Fundão "Desavenças abrem guerra no Espaço das Idades".

O que a gente quer saber não é a mudança da gestão, é aquele espaço. Onde é que esta gente vai? Para onde é que vão depois?

Aquilo é um local de afectos, não é um local de partidarismo, como foi chamado. Era um local onde iam pessoas, onde estava um Senhor que afinal entregaram-lhe um salário e que agora parece que é muito. Mas só agora é que chegaram à conclusão que era muito? Então na altura que o Senhor foi para lá, em 98, não era muito?

Então se queremos ter contenção não contratamos pessoas destas. Se as pessoas se portam mal, no primeiro mês ao segundo mês, têm que sair. São nomeações políticas.

Porque é que se esperou tanto tempo? Para reconhecer que o Senhor que estava lá, já não servia e andava-se a portar mal?

Depois temos o Fórum a dizer que "há revolta no Espaço das Idades".

Isto não dignifica o que devia ser aquele espaço, o que deveria ser a Câmara, o que deve ser esta Assembleia. Depois temos mais dois Senhores Vereadores, João Esgalhado e Pedro Silva, estupefactos com tudo o que se está a passar.

Finalmente temos o comunicado, que nós estamos a pagar como agora é hábito, da Câmara a explicar-nos como é que é isto. Isto era explicado aos Senhores Deputados Municipais hoje aqui nesta Assembleia que é quem foi Eleito, os representantes do Concelho e do Povo do Concelho estão aqui.

Eu conheço os méritos todos que, ao longo destes anos, a Câmara têm tido e a eficácia nalgumas áreas. Agora, para final de Mandato é evidente que devíamos ter outro protagonismo outro meio de trabalho e outra acção.

Face ao exposto, eu queria fazer só duas perguntas:

- Quantas nomeações políticas foram feitas desde o início do Mandato?

O nome dos nomeados e, já que publicam também podem publicar nos jornais, os respectivos vencimentos mensais que é para toda a gente saber. Há um criminoso, queremos saber quem são os outros criminosos;

- Quantos trabalhadores, ou trabalhadoras, foram promovidos por mérito, ou bons trabalhos prestados, ou aquilo que seja, desde o início do Mandato, o nome dos mesmos e respectivos vencimentos mensais e qual o grau de parentesco com os decisores políticos da Câmara? Gostava que depois me respondessem a isto". -----

--- A Senhora D. Isilda Barata: "Vou repetir-me, mas isto é uma mágoa que tenho comigo e não posso deixar de a expor aqui a esta Assembleia e ao Senhor Presidente da Câmara.

Neste momento precisava-se da Barragem, foi gorada, voltou à estaca zero. Com a sua suspensão perdemos todos, pela simples razão de que é a realidade económica e social que estão em causa. Para nós CDS a construção desta Barragem assentou sempre nas necessidades de consumo, mas também numa perspectiva de desenvolvimento económico e social integrado. Esta grande estrutura, tão necessária como pão para a boca, era fundamental para o desenvolvimento agrícola, industrial e turístico do nosso Concelho.

Portanto, eu gostaria e entendo que esta Assembleia tem o direito de conhecer tudo o que se passa à volta disto, tudo o que se passou.

Quando adiamos decisões como estas, não atrasamos apenas a resolução dos nossos problemas mas, bem pior, deixamos agravar a sua dimensão e as consequências na vida dos Covilhanenses. E mais não houve autoridade, ganharam os lobbies.

Porque no seu Partido, Senhor Presidente, os lobbies continuam e apostam na terra queimada quando não estão no poder. É ouvi-los todos os dias. É uma vergonha!

E assim o nosso País não terá futuro com esta gente. E os nossos Jovens, que deviam aqui construir o seu amanhã, não têm futuro! Com tudo isto, também, não tem futuro uma geração qualificada que deixamos ir embora e continuará o empobrecimento desta Região e também o envelhecimento do Interior. Isto são assuntos que nos fazem pensar. Deixou de haver ambição como daqueles grandes Homens que em 1970 lançaram toda uma criação de iniciativas para o desenvolvimento desta Região, entre as quais a Universidade e que de facto se concretizou. Senhor Presidente se puder dê-me uma explicação". -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata: Venho aqui fazer a última declaração pessoal nesta Assembleia. A última declaração pessoal e também política.

De facto, há circunstâncias da nossa vida pessoal, da nossa vida social, da nossa vida política, perante as quais um silêncio é estarrecedor, é complicado.

Há limites que não podem ser ultrapassados, há limites de dignidade.

Sem consultar nenhum compêndio de hermenêutica ainda sei o que significa lealdade, honradez, sensatez, amizade e não sei conjugar verbos como trair, como ser desleal, como ser assediador, como ser manipulador.

O que hoje aqui se passou, sobretudo nalgumas das intervenções, ultrapassou todos os limites e a minha consciência não pode estar de acordo com elas. Nem tudo vale a pena!

Eu estou no Partido Social-Democrata, que irei abandonar na segunda-feira, irei entregar o meu cartão de militante, porque há limites na vida política Nacional. Não me identifico já com determinadas medidas deste Governo, nem de longe nem de perto.

Não me identifico! Não me identifico com TSU'S! Não há social-democracia já que resista! Portanto na vida política também há esta vantagem, que é de fazermos o exercício da nossa liberdade absoluta. E, há pântanos que são pântanos, mas não lamaçais! Não lamaçais! Há limite para tudo!

Sou militante há 39 anos, sou talvez o mais velho militante do Partido Social-Democrata que abandonarei segunda-feira. Vou pensar se continuarei aqui, porque eu fui Eleito em listas num pressuposto normal de defesa dos interesses da Covilhã, e nas Sessões que ainda restarão deste Mandato. Possivelmente estarei aqui como independente, solidarizando-me com todos os companheiros que continuarão a militar no Partido e cuja Bancada eu liderei durante muitos anos sem problemas, sendo respeitado pela Bancada, com algumas exceções que apenas confirmam a regra e pelas outras Bancadas onde só fiz amigos. Fiz respeitar e respeitei, porque o importante é respeitar para ser respeitado e não valem jogadas de uma indignidade total. Não valem! Nem tudo vale a pena!

Só vos queria dizer que continuarei a apoiar esta Câmara, porque eu dou nota positiva a esta Câmara. Eu dou nota positiva a este Presidente.

Não trairei, jamais, aquilo que jurei defender, que são os interesses da Covilhã. Há quem o não faça! E, depois, com todas as explicações. Não as explicações que deveriam ter como base a verdade! A verdade única e exclusiva!

Compreendendo-se as lutas da oposição. É natural, isso. Mas há limites para tudo.

E, portanto, para eu não ir para o pântano e muito menos para a lama, é a última intervenção, na qualidade de líder desta Bancada, que faço. Continuarei como independente, mas militante dos interesses da Covilhã. Muito obrigado Senhor Presidente. A todos um cumprimento muito especial.” -----

--- O Senhor Eng.^o Hélio Fazendeiro fez uma Declaração Política (**doc.02**). -----

--- O Senhor Prof. José Pinto (Boidobra) apresentou uma Moção (**doc.03**). -----

--- Colocada a Moção à votação foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor Fausto Baptista: “Ouvi atentamente, aqui, várias declarações acerca do Espaço das Idades. E, desculpem-me, não tem nada a ver com as pessoas que o frequentam; não tem nada a ver com as pessoas que gostam daquele espaço. Mas, para mim, peca por tardia a decisão, da Câmara, em substituir o líder. Tem dois anos em atraso.

Não vi aqui ninguém preocupado em saber o que é que constava no Protocolo, para uma mais-valia, em relação às Freguesias Rurais. O dito protocolo que iam assinar entre o Espaço das Idades e as Freguesias. Recusei-me a assiná-lo, não trazia mais-valia nenhuma. Porque, as minhas meninas e os meus meninos...

No Espaço das Idades todos têm que ter os mesmos direitos e as as mesmas condições daqueles que o frequentam todos os dias. E, é isso que eu espero, que a Câmara faça, com a nova gestão do Espaço das Idades”. -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa fez uma Declaração Política (**doc.04**). -----

--- O Senhor João Casteleira (Vales do Rio) referiu-se ao lançamento do Livro “O Brulhão – O Sabor e a Tradição”.

E, convidou os Senhores Deputados Municipais para amanhã, dia 25, estarem presentes, no evento que a Junta organiza com as Associações, para degustarem o Brulhão e outras iguarias. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que foi entregue à Mesa, pelo Senhor Presidente da Câmara, um documento hoje aprovado por unanimidade na Câmara, que diz respeito à criação de uma Empresa. Este documento, recebeu o parecer positivo da Comissão de Coordenação, que chegou hoje através de Fax.

Atendendo ao interesse que há na criação de uma Empresa, o Senhor Presidente, propôs a sua inclusão na Ordem de Trabalhos. Ninguém se opondo, passou a ser o ponto **2.6 – Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo e estabelecimento de Medidas Preventivas no âmbito da alteração.** -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- A Senhora Dra. Rosália Rodrigues: “Nos últimos dias fomos assolados, para nosso espanto e estupefacção, com a notícia de que afinal o Senhor Presidente da Câmara e o Vereador vão ser julgados por prevaricação, com a primeira sessão de julgamento já marcada para o dia 3 de Junho.

Senhor Presidente pelos vistos, as garantias dadas, relativamente a este processo e aos atropelos ao PDM, de que estariam todos resolvidos, ou em fase de resolução, não são bem verdade, ou não serão de todo. O que nós gostaríamos de saber é que outros processos, outros *suspenses*, nos aguardam até ao final do seu Mandato”. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Tivemos conhecimento que a ADC cancelou os contratos que tinha, há vários anos, com privados no sentido de abastecimento da água. Uma vez que, segundo esta Empresa, não existiria necessidade de manter os mesmos, uma vez que tivemos um Inverno chuvoso.

Ora, por um lado temos a Empresa ADC a dizer que tivemos um Inverno chuvoso e que não vamos necessitar de mais água durante o Verão, por outro temos o Senhor Presidente a dizer que, a manterem-se os mesmos níveis de consumo de outros anos, possivelmente no Verão iremos ter falta de água. Era importante esclarecer esta matéria.

Até porque, se não for esclarecida, dá-nos a sensação que, o Senhor Presidente, não se importa com o facto de os Covilhanenses poderem ficar sem água, Desde que, eventualmente, isso leve à construção da referida Barragem.

A segunda questão, tem a ver com aquela redução de taxas e impostos e tarifas, no valor aproximado de setecentos mil euros custeadas pela taxa de ocupação de solos, que tem um valor extremamente elevado no nosso Município. Em que ponto é que está esta redução?

Por último, só gostaria de lhe solicitar um comentário relativamente às declarações proferidas pelo Candidato em quem o Senhor Presidente vai votar. Que, numa das suas primeiras entrevistas, refere que quando for Presidente, ou quando for Eleito, irá baixar o preço da água. O que é que esse comentário lhe suscita? Uma vez que o Partido Socialista tem vindo, consecutivamente nesta Assembleia e nas Sessões de Câmara, a alertar para os elevados valores que nós pagamos”.

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “Quando é que o Senhor Presidente da Câmara faz chegar a esta Assembleia o Relatório Final, do qual resulta o processo que tivemos notícia e que o Público divulgou, da questão do julgamento ou do processo que é alvo o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador, na época, com a responsabilidade do Urbanismo.

Em 02 de Maio, o Senhor Presidente da Câmara, numa entrevista que deu ao Jornal do Fundão, disse que mesmo em anos de grande pluviosidade, não temos capacidade de armazenamento da água. E que iremos ter problemas de abastecimento de água.

Como sabe, nós por princípio, sempre estivemos de acordo com a construção da Barragem, mas não com a sua localização, pelo menos, com a localização que a Câmara Municipal ultimamente defendia, defendíamos a localização mais a jusante.

Em 23 de Maio, o Administrador da ICOVI vem-nos informar que suspende os acordos com os Proprietários de fontes de captação privadas por este ano ter chovido muito. Ou seja, o Administrador diz que não necessitamos das captações porque choveu muito, o Senhor Presidente da Câmara em 02 de Maio dizia que mesmo chovendo muito iríamos ter problemas de água. Fico na dúvida se é o político ou se é o técnico que tem razão e queria que o Senhor Presidente da Câmara nos esclarecesse”.

Manifestou a sua preocupação com o encerramento previsto ou a passagem, para outras Entidades, dos Infantários do Teixoso, Tortosendo e da Bolinha de Neve e disse: “necessitamos, na Rede Pública, da existência desses Infantários para dar resposta às Famílias”.

Manifestou também preocupação com o agenciamento das Estações dos CTT de S. Lázaro, do Teixoso e do Tortosendo, em que as Populações vão perder serviços.

De seguida, disse ter tido conhecimento de que a Empresa LUREC, que presta serviços à Câmara Municipal na recolha de resíduos e limpeza, tem salários em atraso. Reconhece que não é da responsabilidade da Câmara a existência, ou não, de salários em atraso em Empresas que lhe prestam serviços, mas “impõe-se aqui, penso eu, ao nível moral e social uma intervenção da Câmara Municipal no sentido da resolução deste problema”. ---

--- A Senhora D. Catarina Mendes colocou as seguintes questões:

- Quanto é que já se pagou e quanto é que falta pagar, referindo-se à aquisição do Teatro Cine;

- Quanto é que vai custar a expropriação do Parque de São Miguel e quando é que esses montantes irão ser pagos;

- Para quando a regularização definitiva da situação com a RESISTRELA? -----

--- O Senhor Prof. José Pinto (Boidobra) referiu que a limpeza na sua Freguesia, desde que foi entregue a Privados, tem vindo a deteriorar-se. A falta de limpeza das bermas e taludes, nas Estradas Municipais, agrava toda a drenagem provocando a degradação do pavimento. “Na Boidobra, nas diferentes Ruas e Estradas, há zonas em que são mais os buracos do que o tapete”.

Referiu que o Parque de Lazer continua com a maior parte dos candeeiros desligados e que o investimento ali feito merecia outra atenção.

Referiu, também, que o Acesso à Junta de Freguesia e a zona da DIBEIRA continuam sem receber a devida intervenção.

Terminou a sua intervenção dizendo: “São questões que eu venho colocando, por diversas vezes, e continuo sem uma resposta adequada”. -----

--- O Senhor Dr. Romeu Afonso perguntou, ao Senhor Presidente da Câmara, se tem alguma informação acerca das Estações de Correios de S. Lázaro, Tortosendo e Teixoso.

--- O Senhor Pedro Leitão referiu a necessidade de maior fiscalização e algumas reparações em diversos equipamentos Municipais, nomeadamente o Jardim da Goldra, a Escola dos Penedos Altos e a Ponte Pedonal. Quanto à Ponte Pedonal solicitou que lhe fosse remetido um relatório da situação, em relação aos erros de construção, alterações efectuadas, à garantia bancária e, também, os Relatórios do LNEC.

Perguntou se a fase C, em Vila do Carvalho, é para concluir e se o Jardim das Artes vai permanecer pela terraplanagem.

Quanto ao Espaço das Idades disse: “o Senhor Presidente da Câmara não sente qualquer tipo de incómodo, de ver os cadeados, o corte de água e luz, o camião estacionado? Não acha que são medidas exageradas?

Também, a exemplo do que foi pedido pelo dirigente do Bloco de Esquerda, saber se nos fazia chegar uma lista dos nomeados políticos, ou dos nomeados de confiança política e os valores pagos.

Houve uma transferência de 165 mil euros para a Junta de Freguesia, queria saber, concretamente, para que fins foram atribuídos esses valores?

Gostava de conhecer os documentos e actas onde discutiram as irregularidades, que fazem parte do bom critério de gestão pública, para sabermos quais foram as irregularidades e que contas é que pediram sobre essas irregularidades?

Se logo no início suspeitaram de irregularidades e ilegalidades, porque continuaram a apoiar num valor de 130 mil euros as transferências?

Quando é que detectaram que a Direcção do Espaço das Idades deixou de ser competente e que levou à exoneração, quando e que factos?

Por último, já que aqui um elemento do público, embora abusivamente, falou que o Senhor Vereador Luís Barreiros tinha lá estado para comprar o mobiliário eu gostava que se pronunciasse sobre esse facto, uma vez que é completamente desconhecido. E, portanto, saber se foi lá para comprar o mobiliário me explicasse a situação. -----

--- A Senhora D. Isilda Barata: “Senhor Presidente, em S. João de Malta as camionetas Interurbanas não têm abrigo e o Inverno foi tão rigoroso... passa-se ali muito mau tempo. Eu sei que falou com o Senhor Eng.º Leopoldo Santos, mas não tenho notícias e gostaria de saber.

E, mais uma vez, gostaria que me dissesse se a não construção da Barragem não prejudica tudo o que está em obras, as obras e as Empresas que estão para vir para a Covilhã, se não atrasa realmente o desenvolvimento para a indústria e sobretudo também para o turismo. Sempre lutei pela Barragem, que nos faz muita falta, e se o S. Pedro não fosse tão generoso se calhar nem para consumo qualquer dia temos água.

E, o porquê da suspensão, ou mesmo de ter voltado à estaca zero?

Senhor Presidente depois de tudo isto, quero agradecer-lhe todo o esforço que fez para Construção da Barragem. Assim como, também, tudo o que fez pela Covilhã. Porque, de facto, houve muita coisa que podia ser evitado, mas isso é sempre assim, não é? Somos sempre os velhos do Restelo!

Porque, só quem é cego é que não vê que houve um grande desenvolvimento, no seu Mandato. Espero que o seu sucessor siga uma política de desenvolvimento, também nesse sentido e que a próxima Câmara continue a atrair investimento para a nossa Região. Porque nós temos uma Universidade onde os Jovens que saem qualificados, tem que sair daqui. E, isto tudo vem a contribuir para a desertificação e envelhecimento da nossa População e eu, que estou já em fase final da minha vida, gostaria de ver ainda esse mal combatido. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou:

- O problema da justiça e dos processos urbanísticos: O Tribunal em sede instrutória decidiu mandar arquivar. O Ministério Público, na discussão instrutória, acompanhou essa decisão final. A Relação de Coimbra entendeu mandar para julgamento. O quê? O arquivamento de três contra-ordenações de Bungalows nas Penhas da Saúde, no que me respeita a mim. E, no que respeita ao Senhor Vereador João Esgalhado, enquanto responsável na altura no Urbanismo, em vez de três, são doze ou treze arquivamentos e um problema de uma pala de um Hotel e depois a aprovação do espaço da Igreja dos Penedos Altos. Portanto, é disto que estamos a falar. Portanto, a minha preocupação é nenhuma sobre esta matéria.

- Cancelámos os contratos de fornecimento de água na medida em que o próprio Ministério, quando não aprova a Barragem, nos diz que não precisamos mais do que a água da Barragem, tão só.

- Redução de taxas e tarifas – hoje, a Câmara deliberou trazer a taxa de ocupação do subsolo para a média Nacional e, ao mesmo tempo, suspender a sua aplicação até final de 2014. Isto deve-se apenas à seguinte circunstância: as receitas extraordinárias e as receitas do IMI apontam para uma compensação que permite, justamente, a perda desta receita da TOS.

- O Senhor pode continuar a dizer mil vezes que temos a água mais cara do País, mas curiosamente não diz que temos a gasolina mais cara do País, que temos a electricidade mais cara do País, que temos a Rádio mais cara do País. Está conformado com as receitas da GALP e os lucros; está conformado com as receitas dos Chineses na EDP.

Vamos apresentar um estudo, dentro de poucos dias. Representa 0,2 de todos os custos gerais de uma família normal, entre electricidade, gás e em relação a Castelo Branco e à Guarda são centimos até aos oito metros cúbicos, estamos a falar de centimos de diferença.

O que tem é umas Águas da Covilhã completamente equilibradas, que é uma coisa que raramente o Senhor fala. Não tem uma Empresa falida, nem que necessite de subsídios. Está equilibrada! E, isso é muito importante.

- O Senhor Prof. Reis Silva – Trás o problema da Barragem e da água, também, e o problema do Relatório, não sei a que relatório se referia, agradeço que depois me diga a que relatório do IGAT é que se refere. Se é este destes processos, são estes processos. Quanto aos CTT, como sabem todas as Empresas estão a reduzir custos. Nós fizemos sentir que a estrutura da Estação era necessária e que devia continuar.

Quanto ao lixo e salários em atraso, nós não cuidamos de saber se as Empresas pagam ou não salários. A única coisa que a Lei determina é sabermos se cumprem as obrigações fiscais e com a Segurança Social. Porque se não, não pagamos. E até agora isso tem sido feito.

- O Teatro Cine tem já liquidados oitocentos mil euros, falta pagar 1.3 milhões e cuja liquidação está programada até 2023, portanto são praticamente dois Mandatos

- Quanto ao Parque de S. Miguel isso está em discussão em Tribunal, nós já depositámos o valor da avaliação que éramos obrigados e esperamos que isso fique abaixo do valor que depositámos, sem grandes problemas.

- RESIESTRELA – ontem mesmo chegámos a um acordo, que consiste na normalização de pagamentos, que se vai efectuar já com data reportada a 01 de Janeiro de 2013 e com uma amortização do passado histórico de cem mil euros por mês.

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra fala-me na questão da limpeza, curiosamente a Empresa diz-nos que só tem elogios.

Eu já lhe disse, aqui há dias, que irei lá com o Senhor Eng.º Leopoldo ver a questão do Parque e da electricidade. Gostaria de, antes do final do Mandato, colocarmos globos iluminantes na via de acesso, porque eu observo com os meus olhos muita gente ali a circular.

- Ponte Pedonal, já trouxe aqui várias vezes a informação de que estamos em concurso para meter um piso novo, naquela Ponte, reforçado.

- E a questão da Barragem, eu já disse que não há Barragem. Não vai haver Barragem, porque muita gente não quis que houvesse Barragem. Portanto, não há Barragem.

Quanto à matéria que lhe é muito cara, e é cara a todos, dos Jovens Universitários e do emprego. Eu quero trazer aqui, à Assembleia, o que se passou hoje na Câmara da Covilhã, na reunião da Câmara. O que se passou foi que a Câmara recebeu de uma Empresa instalada no piso superior do Mercado Municipal, onde estão quatrocentos e oitenta trabalhadores, o pedido, já acerca de dois anos, de reforço de instalações para continuar a crescer, ainda antes de chegar a estes 480. E, como sabem, houve um debate longuíssimo, nesta própria Assembleia, sobre as instalações do Mercado Municipal e o percurso que foi feito quanto a esta decisão levou-nos a que tivéssemos experimentado vários caminhos, como manda a boa regra de se obter a melhor decisão. Concluímos que o Mercado Municipal devia ficar onde estava. Todos se recordam disso?! O que pôs um problema de expansão da Empresa que ali está. Concomitante com este percurso de análise e decisão fomos demolindo várias casas, que envolviam a chamada loja do Senhor Zé André, degradadas e realojando as pessoas. E daí resultou uma ideia de se poder ali erguer um edifício que, com uma passagem para o actual piso onde se encontra a Empresa, servisse de expansão dessa Empresa e ainda garantisse espaço para a expansão de outras Empresas.

Tomei conhecimento de um certo movimento que existe hoje que é o seguinte: certas empresas que hoje não encontram no mercado privado resposta para a necessidade de poderem obter remunerações razoáveis, estão a dirigir-se a Entidades Públicas para poderem investir em certos edifícios com garantia de arrendamento por x anos.

Publicámos um aviso no Diário da República, respondeu uma Empresa. Essa Empresa apresentou uma proposta de construção do edifício, salvo erro a 20 anos ou 22 anos, em que no início nós pagaríamos apenas renda, uma renda que corresponde a 3,5%, pagaríamos uma renda e no final o edifício ficava para essa Empresa.

Houve, na Câmara, um debate e um dos Vereadores disse: bom, mas se no final o edifício pudesse reverter para a Câmara, isso era razoável.

E, assim se fez, comunicando à Empresa, que veio em contra proposta colocar um preço de quinhentos mil euros, ao fim do período, portanto cerca de 20 ou 22 anos.

Na minha boa fé, levei isto à reunião da Câmara do Tortosendo e tive da parte do Senhor Vereador Vítor Pereira a resposta de que havia outras alternativas: a Nova Penteação e a Garagem de S. João.

Bom, quanto à Nova Penteação todos sabem, o monstrozinho que aquilo é, que necessita de obras estruturais para adaptação a outras funções. Quanto à Garagem de S. João, quem quiser meter-se com aquela coisa que ali está, tem muito dinheiro para ali enterrar. Esta semana tive notícias de que o Senhor Paulo de Oliveira se tinha dirigido à Empresa, que está no Mercado Municipal, dizendo-lhe que até era muito difícil passar a outra proposta, a do Mercado, porque havia dificuldades, na Câmara, para passar esta proposta. Ou seja, há empresários muito bem informados, sobre o que se passa nos espíritos dos Vereadores, realmente há.

Bom, eu ficaria felicíssimo se a notícia que me chegasse fosse a de que a Empresa tinha feito um acordo com o Senhor Paulo de Oliveira para se mudar dali para além, tinha ficado felicíssimo. Porque o que estou interessado é que aos 480 empregos, que ali estão, se juntem mais 300, isso é que me interessa, como Presidente da Câmara, como Cidadão e como Covilhanense.

A Empresa disse-lhe, pura e simplesmente isto, temos aqui um milhão investido é aqui que estamos bem instalados, temos aqui uma infra-estrutura de fibra óptica, não vamos mudar para outro lado.

E hoje, na reunião de Câmara, o que tivemos foi isto: a análise desta proposta com os pressupostos que, inclusive tinham sido falados no Tortosendo, de no final o edifício ficar para a Câmara a uma taxa de 3,5%.

Vieram outras propostas, primeira: que a Empresa podia comprar o terreno e construir ela. Estamos mesmo numa época em que as empresas constroem edifícios para instalações empresariais, é exactamente o contrário; segunda: então, se a empresa vai construir para arrendar à Câmara, então arrenda à TELEPERFORMANCE. Simplesmente a TELEPERFORMANCE tem cinquenta cidades, no País, onde se instala sem ir a arrendar o que quer que seja e a tomar compromissos por 20 ou 30 anos.

No final disto tudo, de um esforço impressionante sobre 300 empregos que estão em curso na Covilhã, não sei se a Empresa conserva os 480, porque a realidade destas Empresas é que têm contratos de curto prazo, mas são muitos e com muitas Empresas, há uma dinâmica à volta. Como é que é o processo? Uma Empresa Bancária, ou de Serviços Financeiros, ou de promoção de seguros, quer vir ver as instalações e os proprietários mostram: olhe, é aqui que fica um conjunto de Entidades para promover a sua Empresa, ou para fazer call center. E, isto resolve-se no espaço de um mês ou dois, não é com estes prazos e estes calendários, que muita gente pensa, que hoje está a vida nas Cidades para captarem emprego.

Portanto, hoje, na Câmara da Covilhã passou-se esta cena e eu quero dizer não para criticar quem tem estas posições legítimas, mas para dizer que isto é uma agressão aos interesses profundos da Cidade.

Porque, para chegarmos a este ponto, em que uma decisão hoje, cinco votos contra e quatro a favor, fosse cinco votos a favor e quatro contra significava que eu a estas horas tinha garantido que se fazia, que se avançava com o contrato para a construção e que dizia à Empresa comece a fazer contratos para Janeiro do próximo ano.

É disto que estamos a tratar, Senhora Deputada Isilda Barata. Portanto palavras piedosas que nós aqui possamos proferir sem que depois quando temos a oportunidade as concretizemos não levam a nada.

São palavras que ficam na acta. E, eu lamento muito isto.

No mesmo dia, mas cinco minutos antes, o Senhor Vereador Pedro Farromba tinha anunciado uma Empresa SYONE que vai criar mais 45 empregos no PARKURBIS, indicada pela PT, é fornecedora de serviços à PT e quando se pôs o problema de onde é que se instalava a PT recomendou-a para a Covilhã. Portanto, há toda uma dinâmica criada que é interrompida, porquê? Com esta filosofia que está hoje na Câmara, na oposição, que é deixem-se isso para quem vem a seguir, deixem isso para Outubro ou Novembro, os Senhores das Empresas que esperem. Há-de mudar o inquilino e depois têm novo interlocutor. É disto que estamos a falar.

No mesmo dia, hoje de manhã, foi levada à reunião da Câmara um pedido feito pelo Ministério da Segurança Social, há quinze dias, tendo escolhido a Covilhã para localizar um CLDS. É uma estrutura, que em rede, para tratar de problemas de desemprego e de relação com Entidades na área social. Dois anos de pagamento de cinco salários, para técnicos superiores licenciados, na volta dos mil e quatrocentos euros. Designação de uma Entidade que faz parte daquelas que são referidas na lei, para hoje ser indicado, com data limite hoje, para o Ministério. Foi chumbado. Qual a razão? Porque a Entidade escolhida, não o disseram, é presidida também por mim.

A Entidade como mero veículo não tem qualquer direcção, quem dirige são as cinco pessoas que vão ali a trabalhar, foi chumbada por esta razão.

Portanto, é preciso que os Covilhanenses saibam, porque os Covilhanenses estão representados nesta sala, é preciso que se saiba que, a quatro meses das Eleições, se perdeu o sentido dos interesses da Covilhã por parte da Oposição.

Se a Covilhã não tem mais empregos e se não entrou na zona de por em risco cerca de 480 empregos, que existem no Mercado, é porque alguma coisa tem que acontecer nos próximos dias, porque se não vai mesmo perder estes empregos.

Queria dizer-lhes e falar-lhes olhos nos olhos sobre isto. Porque, isto é o trabalho de muitos dias na Câmara, não chegámos a estas propostas, com um toque de dedos ou um telefonema.

Certamente que, dentro desta Assembleia, todos defendem o Espaço das Idades, menos quatro pessoas. Menos eu, este Senhor chamado Luís Barreiros, o Senhor Dr. Pedro Farromba e o Senhor Vereador Paulo Rosa. É disto que estamos a falar, não é?

Todos defendem o Espaço das Idades, menos nós quatro e quem somos nós quatro? Somos os mesmos que a pessoa que estava no Espaço das Idades e que armou isto tudo, em 17 de Agosto de 2010 dizia ao URBI ET ORBI da Universidade:

Foi através do Presidente da Câmara que surge o convite para ingressar na política?

E responde essa pessoa, Presidente da Junta de Santa Maria: No momento em que o Presidente da Câmara entendeu que era útil como adjunto dele nomeou-se para essas funções, fui requisitado e estou neste momento a prestar trabalho como adjunto na área social.

E mais à frente: não se considera homem da política porquê?

Estou identificado com um grande projecto liderado por Carlos Pinto, pois foi ele que desenvolveu a acção social dentro da Câmara da Covilhã.

Mas não foi só este Senhor que disse isto, outros o disseram, mas ele acrescentou ainda na página do Espaço das Idades, não fui eu que lá pus no site do Espaço das Idades, foi ele: Este é o local próprio que complementa as diversas acções sociais levadas a cabo pela Câmara Municipal da Covilhã que, na pessoa do seu Presidente Carlos Pinto, tudo tem feito para contribuir para a melhoria da qualidade de vida, para a felicidade e bem-estar dos cerca de dezassete mil Idosos de todo o Concelho portadores do cartão social. Já agora, também encontrei declarações do Senhor Deputado Vítor Pereira que dizia em 24.09.2009, a uma pergunta sobre o facto de alguns dizerem que ele não ia, se fosse eleito nessa altura, manter as regalias do cartão social.

Quer mesmo acabar com as regalias do cartão social?

E respondia ele: se há capítulos positivos na política da Câmara, este é um deles. E dizia mais: nos idosos há aspectos muito positivos. E mais à frente: mas acontece que, como sempre acontece, os Idosos da Cidade são privilegiados em relação aos das Aldeias. Os Idosos da Cidade são privilegiados em relação aos das Aldeias. Não estava a pensar no Espaço das Idades, certamente.

Eu digo isto para vos chamar a atenção que nos últimos dias muita gente foi objecto de mistificação. Porquê? Porque eu tinha uma pessoa como Adjunto que não era funcionário da Câmara. Era adjunto do Presidente da Câmara, o que significava que eu não tinha que dar satisfações a ninguém quando o nomeei, como não dei. Como não tenho que dar satisfações a ninguém quando o desnomeei, porque era de livre nomeação e exoneração. Mas fui eu que o nomeei para coordenar, em meu nome, o Espaço das Idades e não como funcionário da Câmara. Não era funcionário da Câmara, era meu adjunto. E nesse sentido, fazendo-se um trabalho positivo que se fez. Muito desse trabalho positivo não é desse Senhor apenas. É de uma equipa. Que partiu deste principio: há muita gente com talentos e com vontade de se ocupar na área do artesanato, na área da música, da carpintaria, de várias áreas e que não tem um espaço onde estar, mas eu colaborei nisso, eu estive sempre presente nisso e busquei o espaço que não fosse um casebre incómodo e insalubre para que isso acontecesse e assim se fez. Assim se fez sem haver experiencia para copiarmos do nosso País. Como não havia no cartão social Municipal, outros Municípios o copiaram a seguir, fazem festas hoje no lançamento dos cartões, ainda hoje, e aqui bem próximos.

Portanto, fomos sempre buscando o melhor modelo de funcionamento, na certeza de que estávamos perante uma estrutura que não sabíamos como é que se desenvolvia. Depois surgiu a necessidade de possibilitar que houvesse um dentista, que houvesse um optometrista. As Senhoras, Senhor Presidente, falam que era óptimo se tivéssemos uma cabeleireira. Mas como é que recrutamos uma cabeleireira? Vamos fazer um concurso para recrutar uma cabeleireira?

Olhe, Senhor Presidente, era bom que tivéssemos lá onde servir uns cafezinhos e, como é que fazemos? Contratamos cá fora alguém que vá para lá servir os cafés? E disto tudo resultou sempre uma chamada de atenção para as questões legais, porque onde está ligado um Município, ou uma Junta de Freguesia, é preciso cuidado, é preciso cumprirmos aquilo que a lei determina.

Se recrutamos uma pessoa temos que pagar as imputações fiscais. Não podemos ter lá pessoas que ofereçam dúvidas às inspecções. E eu sempre acompanhei isto e fui dizendo ao António Rebordão aquilo que diziam os próprios responsáveis da Câmara: é preciso cuidado com isso, é preciso vermos como é que as coisas evoluem.

E as notícias que me chegaram, ultimamente, foram de que estava preocupante a situação. E, na minha boa-fé, até porque comecei a pensar: há aqui várias coisas que é preciso assegurar para a futura Câmara. Nós, em Novembro não temos a Junta de Freguesia de Santa Maria. A Junta de freguesia de Santa Maria acaba em Novembro. Então quem é que fica a administrar o Espaço das Idades? E, portanto, temos aqui várias coisas que é útil, agora, pormos na linha certa.

Eu chamei o António Rebordão e disse-lhe o seguinte: Oh, António eu continuo muito preocupado com aquilo que se lá passa em baixo, porque há já questões de incidência do IVA, há questões de liquidação de IRS, há questões de contratação de pessoal. É preciso termos cuidado com tudo isto. Eu tenho, aqui, uma solução para isto, que é colocarmos lá gente da Câmara, uma técnica superior, duas pessoas que estão muito habituadas às questões sociais. Sim senhor, Senhor Presidente! Então você está de acordo? Estou sim senhor. Mas eu não o deixo ir embora, eu preciso de você para uma coisa que vamos aprovar na Câmara, em princípio 6.^a feira, que é o lançamento de um projecto de hortas sociais. O que é que se trata? Trata-se de arrendar terrenos que estão vagos dividi-los, servi-los com água e atribui-los a famílias que necessitem para cultivar umas couves ou umas alfaces. E isto é preciso por em marcha, é preciso tratar deste problema, recrutar as pessoas, etc. Pode contar comigo, eu consigo vou para todo o lado. Eu consigo vou para todo o lado! Você continua meu adjunto! E estava o Chefe de Gabinete e disse-lhe: já que o António aceita, vamos procurar aí um gabinete para ele continuar aqui ao pé de nós.

Senhor Presidente, só lhe peço uma coisa: é que eu faço parte do Grupo Musical.

Oh meu caro amigo, isto não é para excluir ninguém, naturalmente que você daqui a pouco também tem os sessenta e cinco anos, também não precisa de os fazer para continuar lá a ir. Foi assim que tudo se passou!

E ele saiu do meu gabinete com um cumprimento afectuoso. Até, 24 horas depois, me dizerem que andavam manifestações a ser convocadas, com a presença dos Candidatos à Câmara. E o que se seguiu foi um telefonema imediato, estava eu fora do País a representar a Câmara: Oh António eu não acredito que isto seja verdade.

Mas olhe que é, porque o Povo não me deixa sair daqui.

E eu disse-lhe, mas a sua vontade de ontem não é a mesma de hoje, pois não?

Não, não é a mesma de hoje.

E eu disse-lhe: então se não é a mesma de hoje o que é que você quer que eu faça?

Eu quero que você tenha calma e pondere e que deixe que tudo corra normalmente. As pessoas da Câmara vão-se apresentar aí 2.^a feira.

Ai, não vão não!

Não vão? Oh António veja lá o que está a fazer.

E na 2.^a feira, vimos aquele espectáculo todo que se seguiu com a chegada das pessoas da Câmara, acompanhadas de um Vereador, para continuarem com o Espaço das Idades a funcionar, como é evidente.

Que raio de organização é que lá está montada, que depende só de uma pessoa? Insubstituível? A que título?

E, tudo o que se seguiu foi uma violação, um desafio. Que alguns dizem que não é, porque há papéis escritos.

É claro que estamos no País que estamos e como sabem que a Câmara se quisesse uma decisão do Tribunal daqui por sete anos ou oito tinha a decisão do Tribunal.

Estando perante uma violação da Lei pus lá o camião. Eu!

Não parou lá, como disseram hoje alguns ironicamente, por falta de gasóleo. Fui eu, que o mandei lá pôr. Na perspectiva de que isto chamava a atenção de que, realmente, havia uma violação de princípios.

E, eu próprio, anunciei para lá uma conferência de imprensa, na perspectiva de que o encontro comigo proporcionasse uma razão, uma chegada à consciência de que havia exageros. Está proibido de aqui vir o Presidente da Câmara! Só com ordem do Tribunal! Eu, não posso entrar no Espaço das Idades? Fazer uma conferência de imprensa? Só com ordem do Tribunal? Ou seja, com esta sementeira o que é que esperava o António Rebordão e aqueles que o apoiam? O que é que esperavam? Molezas? Não é comigo! Molezas não é comigo!

Porque faço uma interpretação de que este é o interesse da Cidade. O Espaço das Idades não é de Santa Maria, não é do Carlos Pinto, não é dos Vereadores, não é dos Partidos Políticos. É dos Cidadãos da Covilhã! Os Cidadãos da Covilhã têm que lá ir e o Órgão primeiro do Concelho é o Município! Não é a Junta de Freguesia A, B ou C.

Diz-me o António Rebordão: mas eu tenho lá umas máquinas de café e tenho lá... não sei quê. Oh António, as pessoas que lá vão agora, que lá estão nesta hora são as que lá estarão daqui por duas ou três ou vinte dias. Fazemos um comodato das coisas que lá estão, ou a Junta entende que devemos pagá-las?

Foi isto que se passou. Esta é a verdade! O resto é aldrabice que vos foi contada!

E o problema da aldrabice é que também dura algum tempo, mas dura só algum tempo. Enquanto a verdade persiste!

Esta é que é a realidade!

Ambas têm um tempo de vida. Só que a verdade persiste. Às vezes demora a chegar, mais tempo do que a aldrabice, do que a aparência.

E, essa vergonha que a Comunicação Social põe aí, nas primeiras páginas, revolta. Isso, são imberbes que estão com saudades de 1918, em Moscovo. Não é da realidade Covilhanense. São indivíduos que andam a ler à pressa o Lenine, qual revolta, qual manifestação e mistificação que é o que foi.

O Povo da Covilhã sabe que só um estúpido é que estava 20 anos, menos 4 meses, na Câmara e que a faltar 4 meses para ir para casa, fechava um espaço que é um orgulho da Cidade. É preciso ser-se muito estúpido para ver o Presidente da Câmara como um grande estúpido. Faltam 4 meses para ir para casa e, a faltar 4 meses, mandava fechar o Espaço das Idades. Que inaugurou, que deu o nome, escolheu o nome e que tem lá por baixo Espaço das Idades – Município da Covilhã. É preciso ser-se muito estúpido para acreditar que os outros são estúpidos assim.

Que raio de cabeça... Um dia levantei-me mal disposto e disse: hoje fecho o Espaço das Idades e tiro de lá o Rebordão, porque parece que não apoiou não sei quem. O que eu vi fazer política, à volta do Espaço das Idades, foi justamente naquelas imagens que vi nos jornais e na televisão, aí é que há política. Não é dizer ao António Rebordão para ficar próximo de mim. Para ficar próximo de mim, para o ter próximo e controlar.

Quantos votos é que vale o António Rebordão? Quantos votos é que eu valho? Quantos votos é que vale cada um dos que aqui estão? Mas o Povo da Covilhã precisa destes Líderes?

Quer dizer, o António Rebordão, no Espaço das Idades, levava a que toda a gente votasse em quem ele dissesse!? Estando ao pé de mim, provavelmente votava em quem eu dissesse ao António Rebordão para dizer que votasse.

Isto, meus caros amigos, isto é demasiado pequeno e pequenino, mas é disto que alguns estão a fazer política na Covilhã.

Já foram rejeitados várias vezes e pensam que agora vale tudo, vale fazer tudo. E, eu queria dizer que ninguém saiu da Câmara por causa de redução de benefícios.

Senhor Vereador Joaquim Matias ninguém saiu da Câmara por causa da redução de benefícios! Porque, o Senhor saiu da Câmara há dois Mandatos, que benefícios é que se reduziram depois de o Senhor sair? Não estando lá o Senhor para os defender, que benefícios é que se reduziram depois de o Senhor sair? O Senhor faça a sua campanha pela positiva, faça a sua campanha pela positiva, porque tem qualidades para isso, não necessita de andar a atirar com areia para os olhos das pessoas sobre uma coisa que resistiu à sua saída. O Senhor saiu e nada mudou, pelo contrário Senhor Vereador, Senhor Vereador que foi. Portanto, é esta a verdade do Espaço das Idades, que na segunda-feira às nove da manhã volta à normalidade, mas volta de acordo com a vontade da Câmara Municipal da Covilhã, enquanto a Câmara Municipal da Covilhã tiver a legitimidade que tem.

E, nós pedimos à Junta que fizesse o favor de fazer um esforço para nos explicar, justamente, os custos que estão lá vertidos.

E, para aqueles que dizem porque é que a Câmara não acordou mais cedo, porque estava a lidar com a Junta. E, justamente, como há autonomia das Juntas e das Câmaras entregámos esses dinheiros, como entregamos a outros, para fazerem muros e estradas e compor valetas e que, na altura própria, têm que demonstrar como é que fizeram a utilização desse dinheiro. Portanto é esta a questão que está aqui colocada. -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias: “Senhor Presidente agradeço-lhe a oportunidade que me dá para defender aquilo que foi referido em relação à minha pessoa. Eu saí da Câmara no dia 02 de Janeiro de 2006...” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa informou o Senhor Prof. Joaquim Matias de que dispunha de 2 minutos, para defesa. -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias retomou a palavra e disse: “estou a ver que o Senhor Presidente da Assembleia não quer que eu de conhecimento, pormenorizado, daquilo que foi a minha saída da Covilhã em 2006, no dia 02 de Janeiro de 2006... mas se, eventualmente, o Senhor Presidente não me vai permitir isso aqui, certamente que vou então publicar isto nos jornais. Bem como vou publicar as cartas, nos jornais, que eu e o Senhor Presidente da Câmara Carlos Pinto na altura trocámos. Porque aí está vertida a verdade porque é que eu saí da Câmara. Numa reunião, à volta da mesa, onde estavam catorze pessoas e que, certamente, não sou desmentido. De qualquer forma dizer o seguinte: ainda bem que o Senhor Presidente da Câmara reconhece que tenho qualidades e que tenho elevação para levar a minha candidatura por diante. Muito obrigado”. -----

--- O Senhor Pedro Leitão disse que não lhe foi respondido a todas as perguntas, nomeadamente: a Ponte Pedonal, fica a aguarda o relatório escrito; Edifício C de Vila do Carvalho; Jardim das Artes; Escola dos Penedos Altos se continua em projecto e quanto ao Espaço das Idades, a responsabilidade dos 165 mil euros.

“Por último, tenho que lhe dar os meus parabéns como Orador. Porque nestas circunstâncias, perante as circunstâncias que aconteceram e que vimos nos jornais, acaba a sua intervenção com uma salva de palmas da assistência.

E eu calava-me já, mas, de qualquer maneira, queria insistir se me respondia, se não sentem incomodado pelo acto de corte de luz, corte de água, Idosos a carregar água para o Espaço, um camião estacionado ali e com todo o impedimento, até numa circunstância de incêndio de acesso ao Espaço, se não sente incómodo por isso”. -----

--- A Senhora Dra. Sara Rodrigues: “estou bastante preocupada no que diz respeito às alternativas que poderão surgir para a construção do espaço necessário para a ampliação do Call Center. Não estamos a falar de algo que seja indelével, ou que em termos de preocupação, para o Município, esteja abaixo da questão do Espaço das Idades, que me regozijo pelo facto de já ter uma solução porque necessitamos que ele esteja activo.

Mas a possibilidade de não termos resposta para a criação de postos de trabalho, numa situação tão difícil como estamos actualmente, num contexto de tão poucas possibilidades para o fazer, gostava de saber: na discussão que foi feita na Câmara, o voto que foi contra, quais foram os motivos que foram alegados para essa votação e se foram criados outros cenários alternativos? Porque, a População e todas as pessoas que têm estado à aperceber-se deste evoluir e desta possibilidade da criação de empregos, nós precisamos de saber qual é cenário B, se ele existe ou não, se temos alternativa? Porque nós precisamos de uma alternativa, efectivamente!” -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “A responsabilidade da Oposição e, neste caso, do Partido Socialista ficou expressa, exactamente, na questão que V. Exa. trouxe aqui hoje. Um ponto à última da hora que é para, eventualmente, trazer postos de trabalhos. Foi votado por unanimidade na Câmara e foi votado para ser incluído nesta... e será votado favoravelmente também por esta Bancada.

Agora, nós não embarcamos é nos postos de trabalho a qualquer preço, Senhor Presidente e não embarcamos em negócios ruinosos.

Eu fazia-lhes estas questões: é verdade, ou não, que se gastaram mais de seiscentos mil euros na aquisição, projecto de arquitectura, demolição do edifício e transporte para vazadouro, do referido edifício contíguo ao Mercado Municipal e a proposta do Senhor Presidente é uma venda por duzentos e cinquenta mil? É verdade, ou não este facto?

É verdade que está a propor uma renda de quinze mil euros, durante os próximos vinte e dois anos, que vai perfazer para os cofres da Autarquia três milhões e seiscentos mil euros de custo?

E, pelos vistos, hoje de manhã propôs juntar mais quinhentos mil, ou seja ficaríamos com um total de quatro milhões e cem, malgré também a propriedade do edifício, malgré isso. Senhor Presidente, nós, somos claramente a favor dos postos de trabalho, mas os postos de trabalho não é a qualquer custo.

Porque, estas condições, que o Senhor Presidente está aqui a oferecer, eu pergunto-lhe se oferece a qualquer empresário, ou a qualquer Entidade da Covilhã que queira ampliar as suas instalações, ou que queira, eventualmente, criar postos de trabalho na Covilhã? E, de certeza absoluta que aí, o Senhor Presidente, não me será capaz de responder positivamente.

Mas, relativamente à responsabilidade, deixe-me dizer-lhe também o seguinte: que responsabilidade é que o Senhor Presidente tem quando naquele púlpito disse-nos a nós, com a maior das naturalidades, que não se importaria que os Covilhanenses passassem sede, durante o Verão, uma vez que como a tutela, como o seu Governo, o seu amigo Pedro Passos Coelho que lhe telefonou a garantir-lhe a Barragem?

Portanto, o seu amigo não lhe vai construir a Barragem e agora, o Senhor Presidente, tem o desplante de ir ali aquele púlpito dizer: como o Governo diz que nós não precisamos de água, nós pura e simplesmente vamos cortar os contratos que já existem há décadas, no Município da Covilhã. Porque, eventualmente, nós não iremos precisar deles, eventualmente.

Ou seja, o Senhor Presidente, acusa a Oposição de falta de responsabilidade, relativamente à criação de postos de trabalho, quando apresenta um negócio ruinoso para a Covilhã e, no entanto, não é capaz de reconhecer falta de responsabilidade quando joga com a falta de água relativamente à falta de água nesse Verão.

Deixe-me só, também, dizer-lhe o seguinte: já não é a primeira vez, nem a segunda, nem a terceira, que o Senhor Presidente fala da EDP, da GALP...eu não estou sentado no Conselho de Administração, ou não estou sentado na Assembleia de accionistas, da EDP, da GALP. Eu estou sentado na Assembleia Municipal da Covilhã. E, essa é que teria, se eventualmente, se o Senhor Presidente, se calhar, não tivesse votado e aprovado a concessão e o acordo parassocial, que aprovou, teria poderes para poder mexer na política tarifária, coisa que já não temos.

E, já agora, felicitar o seu gabinete pelo clipping, porque é realmente uma novidade e agradecer-lhe essa refresh que tem trazido às suas intervenções". -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: "Senhor Presidente da Câmara já não é a primeira vez que, enfim, se procura, digamos, esquivar a cumprir com as suas responsabilidades. E quando coloca aqui, está a falar de que relatório final? Oh Senhor Presidente, então o Senhor não sabe, melhor do que eu, o que é o relatório final da IGAT?

Então há um primeiro relatório, há o contraditório e há o final e desse final foi retirado as sugestões que possivelmente os Senhores Inspectores colocaram ao Ministério Público e colocaram digamos das irregularidades que detectaram. Agora não sabe o que é o Relatório Final? Diz a alínea g) do art.º 2.º que compete à Assembleia Municipal conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de acções tutelares ou de auditorias executadas. O Senhor Presidente da Câmara já há mais de meia dúzia de anos que anda a esconder o relatório. Isso já foi motivo de conversa, de discussão, de debate no Mandato anterior. Portanto se o relatório existe, e ele existe com certeza, que seja divulgado e entregue aos Membros desta Assembleia Municipal para que tenham a informação toda e completa e não tenham conhecimento das coisas através da Comunicação Social.

Em relação à questão do edifício eu só faço uma pergunta: eu não entendo a Câmara Municipal comprou o espaço onde estava a Loja do Zé André todo aquele espaço, mas é necessário andar com esses negócios todos para se construir o edifício para instalar uma Empresa? Nós aprovámos aqui na Assembleia, lembro-me e lembro a todos os Membros, o projecto, o desenho, a ponte, a ligação, nós concordámos que a Câmara Municipal avançasse com esse processo. Nós concordámos! Não concordámos foi com este negócio, as engenharias financeiras que podem levar também, neste caso, àquilo que aconteceu com o arrendamento do acondicionamento têxtil, onde a Câmara Municipal pagou em rendas, possivelmente, mais de oitocentos mil euros, fez obras que estão hoje lá e que não são da Câmara. E, os Serviços Municipalizados e outros Serviços da Câmara estão distribuídos pela Cidade. Porque é que a Câmara Municipal não investe no próprio edifício, pergunto eu? Então o Senhor Presidente da Câmara não diz que tem quatro milhões disponíveis no orçamento em conta? Porque é que a Câmara Municipal não constrói e fica com o património?

Porque é que temos que andar a pagar rendas, com negócios de grandes engenharias financeiras? É tão simples. A Câmara constrói e instala lá a TELEPERFORMANCE, ou não? Penso eu que não deve ser assim tão complicado, em relação a garantir-se os tais quatrocentos postos de trabalho.

A outra questão é o Espaço das Idades. Oh Senhor Presidente a forma como o Senhor apresentou as coisas e o colega da Bancada do Partido Socialista... não há outra forma de fazer as coisas? Tinha que ser mesmo assim como foi feito? Bom, mas também ficámos a saber que, afinal de contas, a Câmara andava a financiar, a gastar dinheiro público.

Eh pá desculpem-me, mas é muito bonito ter os espaços, é muito bonito e é bom que os Idosos o tenham e possam usufruir dele, mas as regras públicas, a transparência têm que estar presente nestas coisas. E, o Senhor Presidente da Câmara, durante mais do que um ano, durante mais do que dois anos, sabia que não havia transparência, que o dinheiro não estava a ser bem gasto, ou melhor dizendo, que o dinheiro não estava a ser bem aplicado e não estava a ser aplicado de acordo com as regras normais na Administração Pública. E daí as pessoas colocarem porquê, só agora? E daí, talvez, as questões que os Senhores Vereadores colocaram no jornal, enfim, nos leve a uma sequência de procedimentos, que tudo indicia que estamos perante uma situação em que é delito as pessoas opinarem, escolherem. Porque, no Portugal após o 25 de Abril, Senhor Presidente da Câmara, penso que as pessoas ainda têm esse direito. É triste quando as pessoas se sentem, ou vêm argumentar, sendo verdade ou não: eh pá, porque eu optei, estou a ter aqui medidas persecutórias, estou aqui a ser agredido, estou aqui a ser perseguido. Isto, penso eu, é que o Senhor Presidente da Câmara devia tentar evitar. Tentar, de facto, resolver os problemas quando os detectou, quando os Serviços da Câmara os detectaram e demorou muito tempo. O único culpado, que há neste processo, é o Senhor Presidente da Câmara, porque deixou arrastar o pântano, durante muito tempo, e não resolveu o problema. E, neste momento, está a prejudicar os Idosos, está a prejudicar o próprio Espaço e o seu usufruto pelos Idosos, face às más decisões que tomou em todo este processo". -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias: "eu não compreendo como é que é a posição do Senhor Presidente da Assembleia, porque a mim limitou-me a minha intervenção em dois minutos".

--- O Senhor Presidente da AM: o Senhor disse que queria defender a sua posição, não foi? Para essa figura regimental dispõe de 2 minutos. -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias: Não, não foi nada disso.

Eu quero que as pessoas saibam que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia não usa dos mesmos critérios para todos os Senhores Deputados Municipais. -----

--- A Senhora D. Isilda Barata: Senhor Presidente, eu sei que o projecto da Câmara para a PT, sobre o Data Center, foi o mais bem elaborado, segundo me disse o Director da PT, além do clima e de todos esses factores. Não estava, também, incluído nisso a Barragem, porque eles precisam muito de água? É isso que me preocupa imenso. Porque isto de todos apostarem na terra queimada, já lá vai o tempo. Devia ter passado, mas não passou, parece-me que não. -----

--- O Senhor Rui Amaro: “Senhor Presidente da Câmara, de facto, os Vereadores do Partido Socialista votaram contra a criação dos gabinetes do CLDS e isso implica problemas sociais, que deviam ser resolvidos que o não vão ser; implica, segundo o que me pareceu, perdermos trezentos mil euros que vinham para o Concelho da Covilhã; implica a criação de cinco postos de trabalho qualificados, com pessoas que iriam trabalhar para o desenvolvimento das IPSS’S do Concelho da Covilhã, da Misericórdia, de toda a rede social no Concelho da Covilhã. E, acho que é vergonhoso, para não dizer outra coisa, o que se passou com esta rejeição, por parte do Partido Socialista e da nova maioria na Reunião de Câmara”. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Foi veiculado, num órgão de Comunicação Social, que o Data Center iria gastar 500 mil m3 de água/ ano. Gostaria de saber se essa informação veio da Câmara, se o Senhor Presidente confirma, se não confirma. Tenho conhecimento, visitámos a obra a convite do Senhor Presidente, que este valor iria representar 43 000m3 de água por mês, qualquer coisa como duzentos e poucos mil euros de rendimentos para a ADC, ou seja dois milhões e meio de euros. Não acredito que um projecto como o Data Center, que se candidata a uma marca de sustentabilidade que, inclusivamente só há seis no Mundo com essa marca, gaste quinhentos mil metros cúbicos de água mês” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões levantadas:

- O Edifício C, não avançou, por falta de fundos comunitários;
- O Jardim das Artes concluiu agora mais uma fase de projecto para, se houver disponibilidade durante o mês de Julho, as infra-estruturas eléctricas e caminhos. Ficar apenas os equipamentos para depois;

- Quem votou contra esta proposta, sem apresentar alternativa, foi o Vereador Vítor Pereira, o Vereador João Correia, a Dra. Graça Sardinha, o Vereador João Esgalhado e o Vereador Pedro Silva, votaram contra sem qualquer alternativa viável. O processo parou. Não há cenários B, não há alternativas B. Segunda-feira seguirá uma carta para a Empresa TELEPERFORMANCE dizendo-lhe que trate de arranjar outros espaços, porque para crescer na Covilhã não há, a menos que eles queiram dirigir-se a alguém. Agora, com a Câmara Municipal não haverá. Mas, decorrendo daquilo que eu disse aqui, também não vejo como é que eles vão expandir as suas instalações.

- Eu tinha explicado, aqui, que o valor que nós obtivemos de contra partida é, praticamente, o valor de avaliação do terreno, hoje, onde estava o Zé André. Os custos gerais nem pouco mais ou menos chegam aos seiscentos mil euros, porque o edifício para onde se mudou a loja do Zé André é da Câmara, é património da Câmara.

- Quanto à questão dos números de consumo do Data Center, tenho de memória que é menos do que esses números de que falou. Quando entrar em funcionamento, aquela estrutura, não sei qual é o gráfico.

- Denunciaram os contratos para quê? Para fazer passar falta de água à Covilhã? Não! Porque, todas as 6.ªs feiras tenho o gráfico da Barragem em cima da minha secretária e se porventura pudéssemos antecipar que em Agosto, ou Setembro, tínhamos falta de água, haveríamos de fazer as diligências necessárias. Agora, não estamos é a pagar água quando, efectivamente, as próprias autoridades nos dizem para não estarmos preocupados. Faz algum sentido?

E, não me venha falar sobre responsabilidades do Pedro Passos Coelho. Porque, no reinado do Pedro Passos Coelho, o que se verificou foi a prorrogação da DIA.

Mas, no vosso Governo, com missivas entregues em mão ao ex Primeiro-Ministro José Sócrates, zero de resposta, quando o período inicial da DIA estava em vigor. Porque o argumento limite, para aquilo que aconteceu agora, foi que na prorrogação a Lei terá sido irrazoavelmente cumprida. Isto é, o justificativo que a Lei prevê, não foi suficiente para preencher certos atributos e o Secretário de Estado, na dúvida, não resolveu a favor da Câmara, porque previa que pudesse haver problemas.

Mas, no vosso tempo, quantas vezes é que aqui discutimos?

Quantas vezes é que eu apelei àqueles que tinham acesso directo e proximidade, para que dissessem da iminência e da necessidade de construirmos a Barragem dentro do período de validade inicial, sem a prorrogação? Quantas e quantas vezes? Ou, nos últimos quinze anos, foi o Pedro Passos Coelho que esteve 80% do tempo no Governo? Já se esqueceram disso? Eu não me esqueço!

Eu não quero que o Senhor esteja sentado na EDP, no Conselho de Administração da EDP, ou da GALP, para tratar de falar dos custos. Mas, o Senhor, também não está no Conselho de Administração das Águas da Covilhã.

Não levanta, aqui, a voz quanto às taxas da gasolina, do gás e da electricidade, não sei se o Senhor tem rádio ou não, até 2,5 euros lhe imputam na factura.

Nunca falaram que não há, na Covilhã, ninguém que tenha água imprópria, falta de água, cortes de água e eu conheço aí muitos Municípios onde isso acontece.

Já se esqueceram das Ribeiras da Cidade completamente poluídas e o Zêzere que era uma vergonha? Chegámos a 2013 e somos uma Cidade, ambientalmente, com parâmetros Europeus, onde grandes Empresas Internacionais se podem instalar porque não têm vergonha que as fotografias sejam acompanhadas, como na China, de Rios poluídos. Isso é um valor!

O Senhor insiste no carácter pessoal do relatório como se, efectivamente, as Instâncias estivessem a dormir. A melhor prova de que não estão a dormir, é que me vão fazer sentar no banco dos réus por causa de mandar arquivar três mil euros de contra-ordenações.

Porque é que a Câmara não constrói?

Então, o Senhor, não sabe que os quatro milhões de euros, que temos a prazo, são uma reserva fulcral para que a Câmara tenha a almofada que sempre teve, sem problemas? Num quadro em que temos Fundos Comunitários com atraso de mais de meio ano, em que o IMI, religiosamente nos últimos 20 anos, chegava no dia 20 de Maio, estamos no dia 24 e ainda não chegou um euro.

Como é que uma Câmara pode viver sem esta almofada? Como é que nós podemos fazer o aumento (quando a próxima Câmara tiver a possibilidade de construir a Barragem, se tiver) do ICOVI na parte própria, não participada por Fundos Comunitários?

A 3,5% construir um edifício no Centro da Cidade, tirar dali aquele buraco, aumentar a capacidade de estacionamento, dar trabalho a 300 pessoas num edifício moderno aprovado pelo IGESPAR. Desculpe, não é a Câmara que o pode construir. Agora, tem a solução para ser construído, foi rejeitada pelos Vereadores da Oposição.

A PT, quando arrancar, tem assegurada a água necessária. Espero que, depois de Outubro, eu não observe uns tubos estendidos a caminho da Ponte de Álvares para termos água. Para já, os cálculos são de que, realmente num ano normal de pluviosidade, teremos água suficiente, quer para o abastecimento doméstico, quer das Empresas e também daquela Unidade.

Finalmente, eu creio que disse tudo sobre o CLDS+. Não vamos ter cinco pessoas licenciadas, com o ordenado de 1400Euros, a trabalhar e a procurar redes e parcerias por causa do voto, destes Senhores, que esta manhã no Teixoso o impediu. Chumbou, queimou, não há CLDS+, não há cinco empregos, não há 300 mil euros para gastar em salários durante os próximos dois anos. Foi esta a resposta da Oposição na Câmara da Covilhã. -----

2.2 - CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO ANO DE 2012

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de Maio de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea e), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2073 de 2013.05.09 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Dr. Romeu Afonso (**doc.05**); Dr. Marco Gabriel (**doc.06**) e o Senhor Vereador Dr. Luís Barreiros que prestou esclarecimentos fazendo em simultâneo uma apresentação em PowerPoint que fica, para todos os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Conta de Gerência da Câmara Municipal do ano de 2012**, foi a mesma **aprovada por maioria com 34 votos a favor (PSD e CDS), 10 votos contra (PS e PCP) e 2 abstenções (PS)**. -----

Foram feitas Declaração de Voto pelos Deputados Municipais:

- Senhor Dr. Nelson Silva: “O meu sentido de voto foi de abstenção e resulta de dois imperativos que sempre regeram as minhas intervenções nesta Assembleia: um de consciência e, outro, daquilo que são os interesses da Covilhã. E, em consciência, não poderia votar de outra forma. Porque foi assim que, ao longo destes últimos dois anos, sempre votei. Esta execução orçamental não é diferente das anteriores e os argumentos, que sempre aqui utilizei, são rigorosamente os mesmos. E, nesse sentido, não poderia ter outra orientação no voto, porque não é por estarmos em 2013 que votaria diferente. E, por isso, gostava que fosse registado em acta que o meu sentido de voto, de abstenção, tem que ver, sobretudo, com aquilo que é a forma como sempre, ao longo destes últimos anos, tenho votado a execução da Conta de Gerência”. -----

- Senhora D. Isilda Barata: “Eu votei favoravelmente, sobretudo, pelo grau de execução que aumentou. Espero que a nova Câmara tenha sempre em conta a realidade dos factos e que não se apresentem grandes planos, porque, depois, quando não há execução é uma frustração apresentá-lo com menos de 25%. Por isso, os meus parabéns”. -----

2.3 - CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DO ANO DE 2012

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de Maio de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no artigo 47.º, da Lei das Finanças Locais, através do ofício n.º 2072 de 2013.05.09 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Dr. Marco Gabriel (**doc.07**); Dr. Romeu Afonso disse que a Bancada do Partido Socialista irá votar contra esta Proposta e o Senhor Vereador Dr. Luís Barreiros prestou esclarecimentos dizendo: o que é importante reter, em relação a este ponto e ao anterior, são só dois números. O total do endividamento da Câmara Municipal da Covilhã é: setenta e quatro milhões de euros e conseguimos uma redução de dez milhões de euros; o total das dívidas consolidadas agrupadas, da Câmara com a ADC e com a SRU aumentou dois milhões, setenta e seis milhões de euros. Em síntese setenta e quatro, conta individual da Câmara, setenta e seis, conta consolidada da Câmara com as Empresas Municipais, dez milhões o valor da redução da dívida da Câmara. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contas Consolidadas do Município do ano de 2012**, foi a mesma **aprovada por maioria com 33 votos a favor (PSD e CDS), 11 votos contra (PS e PCP) e 2 abstenções (PS)**. -----

2.4 - PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de Fevereiro de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 3, do artigo 53.º, conjugado com as alíneas b) e h), do n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 1110 de 2013.03.05 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Processo de Modernização Administrativa do Município da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

2.5 - ALIENAÇÃO DOS TERRENOS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL E DO PALÁCIO DA JUSTIÇA – PROPOSTA DE ACORDO COM O INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, IP

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de Maio de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea i), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea f), do n.º 1, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2071 de 2013.05.09 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: a Senhora Dra. Mónica Ramôa solicitou esclarecimentos acerca da existência, ou não, de uma acção onde a Câmara Municipal reivindica a titularidade dos terrenos e dos edifícios e, o Ministério Público advoga a tese de que os edifícios pertencem ao Estado. E, perguntou se não será extemporâneo a Assembleia Municipal pronunciar-se sobre esta proposta. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara informou que o Município, sendo detentor do registo predial dos edifícios, iniciou um processo de pedido de renda, ao Ministério da Justiça, pela utilização do Estabelecimento Prisional e do Tribunal Judicial. O Ministério da Justiça não se conformou e disse que podia contestar o registo predial dos edifícios. A Câmara avançou para uma acção contra o Ministério da Justiça, contra o Estado Português. O Secretário de Estado do Património Judiciário, do Ministério da Justiça, disse que é melhor um mau acordo do que uma boa querela. Ficou, então, decidido pedir a dois peritos, um de cada uma das partes, o valor dos edifícios e a partir daí começarem as conversações.

O Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Justiça fez uma proposta, à Câmara, que resultou do custo dos terrenos e pediu que os Órgãos do Município se pronunciassem para depois poder mandar para o Ministro das Finanças. Não é necessário, dizem eles, despacho ou resolução do Conselho de Ministros para esse efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Alienação dos Terrenos do Estabelecimento Prisional e do Palácio da Justiça – Proposta de acordo com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

2.6 - SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE TORTOSENDO E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS NO ÂMBITO DA ALTERAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 24 de Maio de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 2329 de 2013.05.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que justificou a apresentação da proposta por se tratar de um investimento de uma Empresa distribuidora que tem um certo porte de postos de trabalho e um volume de vendas considerável, cuja actividade não se coaduna com os parâmetros urbanísticos em vigor naquela área, designadamente o uso previsto no alvará de loteamento e que implica a alteração do instrumento de planeamento.

A Câmara reconhecendo a urgência e o valor do investimento para a economia local e atendendo à situação que o País atravessa, de crise e desemprego, deu prioridade ao procedimento tendo determinado a suspensão parcial do Plano de Pormenor e, conseqüentemente, dar início ao procedimento de alteração do mesmo. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: a Senhora Dra. Mónica Ramôa pediu esclarecimentos sobre o processo, nomeadamente sobre as medidas preventivas antecipatórias e o Senhor Eng.º Jorge Vieira, Coordenador da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território da Câmara Municipal da Covilhã, presente na sala, por indicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e após autorização do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, prestou o esclarecimento solicitado, referindo que a instalação, no pavilhão do Lote 15 da Zona Industrial do Tortosendo, da actividade pretendida pelo industrial que adquiriu o mesmo, só pode ser licenciada se for alterado o Plano de Pormenor em vigor no local, acrescentando outros usos, nomeadamente o uso comércio, aos actualmente previstos, indústria e armazém, e ajustando o polígono máximo de implantação do Lote de forma a nele ficar completamente contida a implantação do edifício construído. Para que se proceda à alteração do Plano de Pormenor, no que se refere à previsão de novos usos e à alteração do polígono máximo de implantação da Parcela 15, e que o processo permita o rápido licenciamento da instalação do empresário no pavilhão construído no Lote 15, torna-se necessário proceder à suspensão do Plano de Pormenor apenas na área correspondente à Parcela 15 do Plano, decretando, simultaneamente medidas preventivas de natureza antecipatória. As medidas preventivas são de natureza antecipatória pois apenas permitem, durante a sua vigência, que sejam licenciadas as operações urbanísticas que incidem no Lote 15 e na edificação aí existente, durante o período de suspensão e enquanto decorre o procedimento de alteração do Plano de Pormenor, licenciamento esse que ocorre por intervenção conjunta e simultânea da Câmara Municipal e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro.

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Tortosendo**, exclusivamente na área do Lote 15 do Alvará de Loteamento n.º 20/99, e **Estabelecimento de Medidas Preventivas**, para a mesma área, nomeadamente acções de Operações Urbanísticas de Loteamento e Obras de Urbanização, de Construção, de Ampliação, de Alteração e de Reconstrução, com excepção das que estejam isentas de procedimento de Licenciamento ou Comunicação Prévia, a vigorar pelo prazo de dois anos, complementada com o Parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que foram entregues à Mesa algumas perguntas do Público, algumas já foram respondidas, pessoalmente pelo Senhor Presidente da Câmara e as pessoas já se ausentaram. Estando, ainda, duas Senhoras, D. Maria Marques e D. Susana Antunes, em representação dos Pais das Crianças que frequentam o Infantário Bolinha de Neve. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara informou as Senhoras e disse: “ontem à tarde recebi representantes das Senhoras Educadoras de três Infantários: a Bolinha de Neve, o Teixoso e o Tortosendo e constatei que o Centro Regional de Segurança Social estaria a negociar com Instituições, designadamente com o Centro Pina Calado do Teixoso, com a Misericórdia da Covilhã e com o Centro de Dia do Tortosendo, tendo este já renunciado a essa negociação, para a hipótese de integração destes Infantários nessas casas. Falei com os Presidentes e fui informado, que fosse qual fosse a solução, que nunca se procederia à integração total daqueles que ali prestam serviço, porque eles têm muita gente e havia alguns que ficavam de fora.

Mas antes disso, desde logo me interroguei sobre se Instituições da nossa Cidade, do nosso Concelho, devem estar a ajudar num processo que é o de extinção de estruturas fundamentais para uma política de família, quando nós temos problemas demográficos extraordinários. ou seja, temos a Bolinha de Neve que tem uma qualidade extraordinária, temos o Infantário do Teixoso, que está plenamente a ser utilizado tal como o do Tortosendo, como é que neste quadro haveria Instituições, da nossa Cidade, que iriam possibilitar este fecho? Porque muitos deles, ou alguns deles, corriam o risco de serem encerrados.

Depois de muito falarmos e de muito analisarmos o problema eu propus, e as pessoas viram com agrado, que a Câmara escreva a todas as Instituições da Cidade, potenciais receptoras destes Infantários, convidando-as para recusarem negociar e receber. Porque se não houver quem receba, o Estado tem que manter estas unidades abertas.

Ficaram de me fazer chegar até hoje, ou segunda-feira, alguns argumentos técnicos para na segunda-feira a Câmara escrever e dizer às Instituições, como sugestão (porque nós não podemos impedir ninguém de apresentar propostas) e na visão de que três Infantários são precisos. As IPSS'S, da Covilhã, vão receber esta carta. Já hoje desmobilizei o Centro Pina Calado de responder, estava a tentar aproximar-se.

Esta é a segunda tentativa, no ano passado fizeram um concurso, ninguém respondeu. Realmente, era estarem a receber prejuízos. Há uma nota importante é que, estes Infantários, todos eles têm prejuízo. Isto é uma esperteza, em que caiu a Administração Pública Central, de que o que é para privatizar e para fazer entrar dinheiro nos cofres do Estado, somos nós que tratamos. Naquilo que dá prejuízo, passamos para às Câmaras, ou aos IPSS'S, que estão obesas de frescura financeira, não é?

E, portanto, isto é uma coisa que provêm de um laxismo analítico, ou provêm de um Chico espertismo. É só escolher.

Portanto, as Senhoras farão o favor de ir para casa transmitirem a quem puderem esta ideia de que a Câmara vai ter a iniciativa, não pode fazer mais. Não pode fazer mais do que isto. Pedir que ninguém queira negociar de forma a que as coisas se mantenham como estão". -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezoito horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,